



Desenvolvimento territorial a partir da análise da resiliência regional evolucionária: Uma reflexão para a trajetória do vale do Paranhana-RS

*Territorial development and evolutionary regional resilience:
The case of Paranhana valley-RS-Brazil*

ISSN: 2319-0639
OPEN ACCESS

Alexandre Aloys Matte Júnior¹

<https://orcid.org/0000-0002-8083-5002>

Gisele Spricigo¹

<https://orcid.org/0000-0002-2135-0064>

Janaína Ruffoni¹

<https://orcid.org/0000-0002-7498-6437>

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Received on:

September /2025

Approved on:

December/2025

Editor:

Mateus Panizzon, Dr.
PPGA UCS

Assistant Editors:

Catiane Borsatto Ma.
PPGA UCS

Bianca Libardi Ma.
PPGA UCS

Patrícia Fabro Chinelatto Ma.
PPGA UCS

Evaluation Process:

Double blind peer review

Reviewers:

Reviewer 1

Reviewer 2



Este artigo não possui nenhum arquivo associado
This article does not have any associated files.

HIGHLIGHTS

- O estudo analisa a resiliência regional evolucionária do Vale do Paranhana destacando como capacidades adaptativas permitem ao território responder a transformações econômicas e sociais, construindo novos caminhos de desenvolvimento sustentável baseados em recursos locais e aprendizagem coletiva contínua ao longo.
- A pesquisa qualitativa exploratória baseia-se em entrevistas com atores regionais revelando percepções sobre adaptabilidade, capital social e qualidade de vida, fatores que sustentam o desenvolvimento, mas coexistem com fragilidades em inovação, redes de conhecimento e coordenação institucional regional persistente hoje.
- Os resultados mostram que história produtiva e dependência de trajetória moldam oportunidades e limites regionais, enquanto desafios no mercado de trabalho e nas instituições restringem a resiliência, exigindo diversificação econômica, fortalecimento da governança e maior articulação estratégica entre atores locais.
- A análise evidencia que redes de conhecimento e educação são centrais para inovação e retenção de talentos, porém requerem integração efetiva entre universidades, empresas e governo para transformar aprendizado em desenvolvimento regional sustentável inclusivo.

HOW TO CITE:

Matte Júnior, A. A., Spricigo, G., & Ruffoni, J. (2026). Desenvolvimento territorial a partir da análise da resiliência regional evolucionária: Uma reflexão para a trajetória do Vale do Paranhana-RS. *Brazilian Journal of Management and Innovation (Revista Brasileira De Gestão E Inovação)*, 13(1), 35–47.
<https://doi.org/10.18226/23190639.v13n1.04>



KEYWORDS

Evolutionary regional resilience
Territory and social construction
Factors and actions
Perception of local actors
Paranhana Valley-RS.

ABSTRACT

Objective: To analyze the evolutionary regional resilience of the Vale do Paranhana/RS, considering the region's capacity to develop resources and skills to adapt to the dynamics of transformation.

Design/Method/Approach: Exploratory and qualitative approach. Primary data was collected between June and October 2022 through in-depth interviews with key actors.

Originality/Relevance: The study contributes to regional resilience research by emphasizing social construction and adaptation. It highlights the role of knowledge networks, institutional structures, and the labor market in regional resilience and sustainability.

Main results/Findings: (a) Positive factors—adaptability, historical trajectory, social capital, and quality of life—favor regional development; (b) Weaknesses were identified in knowledge networks, innovation, and actor interaction; (c) Institutional structures and labor market conditions represent challenges to resilience.

Theoretical/methodological contributions/implications: The study advances the discussion on regional resilience by identifying key factors for its occurrence. It suggests methodological approaches to evaluate it from the perception of local actors.

Contributions to Society and Organizations: Strengthening regional resilience requires investing in the local workforce and increasing collaboration among actors. Long-term strategic planning is essential for sustainable development.

PALAVRAS-CHAVE

Resiliência regional evolucionária
Território e construção social
Fatores e ações
Percepção de atores locais
Vale do Paranhana-RS.

RESUMO

Objetivo: Analisar a resiliência regional evolucionária do Vale do Paranhana/RS, considerando a capacidade da região de desenvolver recursos e habilidades para se adaptar às dinâmicas de transformação.

Design/Metodologia/Abordagem: Abordagem exploratória e qualitativa. Dados primários foram coletados entre junho e outubro de 2022 por meio de entrevistas em profundidade com atores-chave.

Originalidade/Relevância: O estudo contribui para a pesquisa sobre resiliência regional ao enfatizar a construção social e a adaptação. Destaca o papel das redes de conhecimento, estruturas institucionais e mercado de trabalho na resiliência e sustentabilidade regional.

Principais Resultados: (a) Fatores positivos—adaptabilidade, trajetória histórica, capital social e qualidade de vida—favorecem o desenvolvimento regional; (b) Fragilidades foram identificadas em redes de conhecimento, inovação e interação entre atores; (c) Estruturas institucionais e condições do mercado de trabalho representam desafios à resiliência.

Contribuições Teóricas/Metodológicas: O estudo avança na discussão sobre resiliência regional ao identificar fatores-chave para sua ocorrência. Sugere abordagens metodológicas para avaliá-la a partir da percepção dos atores locais.

Contribuições para a sociedade e organizações: Fortalecer a resiliência regional exige investir na força de trabalho local e ampliar a colaboração entre atores. O planejamento estratégico de longo prazo é essencial para o desenvolvimento sustentável.

1. Introdução

Resiliência é um conceito adaptado do estudo de sistemas ecológicos e outros campos da ciência que se aplica à compreensão de sistemas socioeconômicos geograficamente incorporados. Muitas vezes é uma característica ligada a um limiar de variedade e de especialização socioeconômica que facilita uma adaptação aos desafios enfrentados nos territórios (Boschma; Pinto, 2015). Entende-se por resiliência a capacidade permanente de um território de conceber e implantar novos recursos e capacidades, que lhe permitam adaptar-se favoravelmente à dinâmica de transformação, impulsionada pelas mudanças do ambiente. Nesse caso, pode-se afirmar que o território desenvolve uma resiliência ao ter capacidade de adaptação e de aprendizado de longo prazo, diante de mudanças externas e/ou internas no sistema (Simmie; Martin, 2010; Pendall et al., 2010; Dawley et al., 2010; Hassink, 2010).

Martin (2012) e Boschma (2015) ampliam o conceito de resiliência, apresentando a concepção de “resiliência regional evolucionária”. Os autores afirmam que se pode compreender a capacidade de longo prazo das regiões quando essas desenvolvem novas trajetórias de crescimento, numa perspectiva de evolução do sistema, não somente focando em absorção pontual de choques específicos, mas também valendo-se das estruturas e dos potenciais já existentes no território. Isso fica evidente quando os autores reforçam a ideia de que, tornando-se resilientes, as regiões também teriam maiores possibilidades de desenvolverem-se econômica e socialmente. (BOSCHMA; PINTO, 2015). As relações e as interações dos atores regionais, como pessoas, empresas, organizações e poder público são essenciais para a criação de uma região resiliente (Pinto, 2016).

A partir destas afirmações, percebe-se que os atores regionais possuem papel importante em relação à resiliência regional, investindo recursos e adotando estratégias, iniciativas e políticas que possam permitir o desenvolvimento regional e a construção de resiliência. Por outro lado, destaca-se que a capacidade adaptativa de longo prazo das regiões ainda é pouco pesquisada, especialmente no contexto de regiões de países emergentes. A lacuna a ser preenchida através do presente estudo, e que se caracteriza como sua principal contribuição, consiste em trazer subsídios para essa análise, partindo da compreensão de fatores que contribuem para a compreensão da resiliência de uma região. Assim, o objetivo geral é analisar a resiliência do Vale do Paranhana/RS, considerando o seguinte conjunto de fatores: (a) Interação e articulação dos atores regionais, (b) Capacidade de adaptabilidade da região, (c) Redes de conhecimento, P&D e Inovação, (d) História e dependência da trajetória, (e) Capital social e qualidade de vida local e (f) Estruturas institucionais, papel do Estado, mercado de trabalho e produto. Estes foram analisados a partir da pesquisa de percepção dos atores locais, elencando assim as ações estratégicas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento territorial.

A relevância e justificativa para analisar a resiliência evolucionária desta região encontra-se no fato de que possui especialidade na produção de calçados (Morais, 2012; Galvão, 1999) e vem ocorrendo uma modificação no mercado mundial deste segmento com mais intensidade nos últimos anos. Tais mudanças ocorrem pela ocorrência de diferentes impactos, como a concorrência do produto chinês no mercado mundial e modificações no mercado interno, além de mudanças nas configurações sociais do mercado de trabalho. Nesse sentido, constitui-se o questionamento central desta pesquisa: “Como se caracterizam os fatores de resiliência regional evolucionária no Vale do Paranhana?”. Dessa forma, busca-se analisar o processo de resiliência regional evolucionária de uma região com especialidade produtiva, o Vale do Paranhana/RS – Brasil, a partir dos fatores de resiliência regional.

O presente artigo se organiza a partir da introdução ora apresentada, com uma seção (2) de revisão de literatura sobre resiliência regional evolucionária. Logo após, dedica-se a terceira seção (3) com exposição dos procedimentos metodológicos. Na seção seguinte (4) é realizada uma descrição e análise das informações coletadas. E, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Resiliência Regional Evolucionária: conceito e fatores

Conceituando resiliência, Martin (2012), Martin e Sunley (2015) e Bellini et al. (2017) consideram três tipos de resiliência: a) ‘resiliência de engenharia’, que significa o ‘retorno’ de um sistema após um choque no seu estado ou caminho pré-existente; b) ‘resiliência ecológica’, significando a capacidade do sistema de absorver o choque sem alterar sua estrutura, identidade e função, mas em um estado ou caminho alternativo e; c) ‘resiliência adaptativa’, envolvendo alguma transformação estrutural e operacional em várias escalas e prazos, para que o sistema ‘avance’ para um caminho renovado e reajustado, e que deriva da teoria de sistemas adaptativos complexos.

Esses processos e características têm sido estudados por cientistas regionais que buscam identificar o conjunto de condições dinâmicas que tornam um território resiliente (BOSCHMA; PINTO, 2015) e, nesse contexto, Simmie e Martin (2010) estabelecem um quarto tipo de resiliência regional, desenvolvida sob pressupostos evolucionários. Segundo eles, a sua evolução sujeita-se da ação de agentes econômicos individuais que podem aprender, inovar e ajustar seus comportamentos. A partir dos trabalhos de Martin (2012), Boschma (2015), Simmie e Martin (2010) e Martin e Sunley (2015) é possível abordar a capacidade de longo prazo das regiões de desenvolverem novas trajetórias de crescimento, numa perspectiva de evolução do sistema, não somente focando em absorção pontual de choques específicos, mas também valendo-se das estruturas e dos potenciais da região já existentes. Isso fica evidente quando os autores reforçam a ideia de que, tornando-se resilientes, as regiões também teriam maiores possibilidades de desenvolverem-se econômica e socialmente. Ainda, na geografia econômica evolucionária, é comum refutar o conceito de resiliência baseado em engenharia de equilíbrio (no qual esta é simplesmente a resposta a choques externos e movimento em direção a um estado estável anterior), primando pelo conceito de resiliência que foca na capacidade de longo prazo dos territórios de reconfigurarem suas estruturas socioeconômicas e desenvolverem novos caminhos de crescimento (Boschma; Pinto, 2015).

Também, os trabalhos de autores como Boschma (2015), Martin (2012), e Pinto (2020), buscam para compreender a lógica da perspectiva evolucionária de resiliência regional. Os autores objetivam, através disso, desenvolver um conceito de resiliência regional que capture dimensões industriais, de rede e institucionais de regiões. Dessa maneira, afastam-se do significado da resiliência como a capacidade das regiões de se recuperarem de um choque, e redefinem a resiliência regional em termos do impacto de um choque na capacidade de longo prazo dos territórios de reconfigurarem suas estruturas socioeconômicas e desenvolverem novos caminhos de crescimento (Boschma; Pinto, 2015; Boschma, 2015; Christopherson et al., 2010; Simmie; Martin, 2010).

Pinto (2016) sinaliza que, na perspectiva evolucionária, a resiliência depende da capacidade das regiões lidarem com mudanças estruturais, criando novas trajetórias de crescimento para compensar processos inevitáveis de estagnação e declínio em sua economia regional, pois se entende que a região não pode confiar unicamente em seu legado de sucessos passados para ter garantias de conseguir repetir tais feitos no futuro (Saviotti 1996 apud Boschma 2015). Ainda, através da resiliência evolucionária deve-se pensar não apenas em empresas e indústrias, mas também nas políticas de desenvolvimento local e regional e, num sentido mais amplo, de que modo as mudanças ambientais, condições hierárquicas, redes de relacionamento e de inovação, afetam o dinamismo e a adaptabilidade das economias regionais e que medidas podem ser tomadas para auxiliar na adaptação econômica regional. Esses conceitos podem, potencialmente, ajudar a entender por que algumas economias regionais perdem dinamismo e outras não (Martin; Sunley, 2015; Plechero et al., 2020).

Embora a abordagem evolucionária ofereça bases importantes para compreender a resiliência dos territórios, sua aplicação em contextos periféricos exige atenção a limites estruturais e institucionais. Estudos de governança territorial mostram que confiança, legitimidade e coordenação entre atores são condições centrais para a formação de trajetórias de desenvolvimento (Grillitsch; Sotarauta, 2020). Ainda, as dinâmicas de desenvolvimento regional diferem profundamente entre o Norte e o Sul global, mostrando que trajetórias históricas, desigualdades estruturais e capacidades institucionais distintas moldam de forma desigual a adaptação

dos territórios, o que exige abordagens teóricas específicas para compreender sua resiliência (Pike, Rodríguez-Pose & Tomaney, 2013). Nesse sentido, importante reconhecer que boa parte da literatura foi formulada a partir de experiências de regiões do Norte global, com elevada densidade institucional e forte inserção em redes globais de inovação. Em regiões do Sul Global, esses elementos tendem a ser mais frágeis devido à persistência de desigualdades estruturais, especializações produtivas solidificadas e instituições com baixa capacidade de coordenação (Pike, Rodríguez-Pose & Tomaney, 2013; Crescenzi et al., 2020). Assim, a perspectiva evolucionária deve ser contextualizada, uma vez que a reconfiguração de trajetórias depende não apenas da base produtiva, mas também das condições institucionais e relacionais que moldam o território.

Evidências para o caso brasileiro reforçam essa assimetria: A partir de dados sobre PIB e PIB per capita (2002–2014), o estudo demonstra que a desigualdade territorial gera inércia institucional, fragiliza a cooperação entre atores e limita o funcionamento das estruturas de governança no Brasil (Figueiredo Filho, 2021). A crise de 2008 revelou a heterogeneidade das regiões brasileiras e de suas capacidades de resiliência, onde Norte e Nordeste sofreram menos devido à baixa integração econômica, enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste foram mais afetados, com a retomada do crescimento fortemente associada à centralidade regional e ao peso da indústria de transformação, principal canal de impacto e recuperação no país (Diniz e Barbosa, 2024). Já o estudo de Eberhardt e Fochezatto (2023) evidencia que regiões brasileiras mais expostas à concorrência externa se tornam menos resilientes, pois choques de importação reduzem o emprego formal e aprofundam fragilidades estruturais que dificultam a recuperação econômica. Nesse sentido, ao aplicar o referencial de resiliência regional evolucionária ao Vale do Paranhana, assume-se uma perspectiva crítica que considera essas especificidades do Sul Global, reconhecendo que dependência setorial, estruturas de governança, desigualdades regionais e capacidades institucionais desiguais moldam os limites e as possibilidades de adaptação do território.

Após apresentar os principais conceitos e capacidades associados às abordagens evolucionárias, avança-se para a discussão dos fatores que estruturam a resiliência regional. Sob essa perspectiva, a literatura destaca que a resiliência depende de um conjunto articulado de elementos que, combinados, moldam as possibilidades de resposta de um território (Xiao et al., 2018a; Pinto, 2016). A partir de proposições como a de Pinto (2016) esses elementos são organizados em seis fatores: (a) interação e articulação dos atores regionais (coordenação, cooperação e ação coletiva), (b) capacidade de adaptabilidade da região (ajuste contínuo diante e desenvolvimento de novos caminhos), (c) redes de conhecimento, P&D e inovação (circulação e aplicação de conhecimento), (d) história e dependência da trajetória (legados que condicionam/potencializam oportunidades), (e) capital social e qualidade de vida local (coesão, confiança e capacidade de retenção de talentos) e (f) estruturas institucionais, papel do Estado, mercado de trabalho e produto (normas, políticas e arranjos institucionais que sustentam ou limitam a adaptação). Esses fatores são aprofundados na sequência.

Na resiliência regional evolucionária, onde as características locais se tornam fundamentais para pensar nas trajetórias de crescimento, os conceitos de capacidade de adaptação e adaptabilidade, trazidos por Pike et al. (2010) são importantes. A adaptação pode ser entendida como a capacidade de responder a um choque econômico com um movimento de retorno, pelo menos em curto prazo (sugerindo-se curto prazo como não sendo superior a um ano, e longo prazo num horizonte a partir de cinco anos), a um modelo pré-concebido de desenvolvimento regional ou setorial que pode ter sido bem-sucedido antes do choque. Por outro lado, a adaptabilidade pode explicar um tipo diferente de resiliência, que pode ser necessário para lidar com eventos imprevistos no futuro. A resiliência através da adaptabilidade surge através de oportunidades ou decisões para deixar um caminho que pode ter se mostrado bem-sucedido no passado em favor de uma trajetória ou nicho novo, relacionado ou alternativo (Dawley et al., 2010; Pike, et al., 2010). Em suma, a adaptação diz respeito a mudanças em caminhos preconcebidos, enquanto a adaptabilidade é sobre o desenvolvimento de novos caminhos, ou seja, originadas dos caminhos existentes.

Boschma (2015) argumenta que a adaptabilidade a longo prazo das regiões é condicionada por seu legado industrial, de rede e institucional, que oferecem oportunidades, mas também estabelecem limites para que os atores locais sejam resilientes. O autor também propôs uma estrutura evolutiva que explora os determinantes da resiliência regional que podem superar o trade-off entre adaptação e adaptabilidade, de modo a aprimorar a resiliência das regiões em termos de capacidade de desenvolver novas trajetórias de crescimento, focando essencialmente na base de conhecimento industrial da região (Xiao et al., 2018a).

Outro fator apontado por Boschma e Pinto (2015) e que possui relação às características regionais pré-existent e afeta diretamente a resiliência regional consiste nas estruturas institucionais. Os territórios podem ser reféns do bloqueio institucional quando as estratégias estão focadas principalmente nas necessidades específicas das indústrias locais predominantes, e esse problema pode ser amplificado se a elite política local faz parte desse rol institucional rígido, mantendo-se o status quo (Hassink, 2010). O efeito que isso pode gerar é o de inércia institucional, onde as instituições não respondem às novas possibilidades e trajetórias de desenvolvimento, não conseguindo acomodar estratégias que possam gerar resiliência. Por outro lado, a expectativa é de que territórios resilientes sejam abertos, com um quadro institucional descentralizado que responda e aceite novos entrantes, mas em paralelo também seja favorável e dê suporte às necessidades de indústrias já existentes.

Nesse sentido, tratando das características locais, e onde se cita o aproveitamento das características locais e da base de conhecimento existente, o capital social da região é um fator que também merece destaque, dada sua importância para complementar o debate sobre resiliência regional. González-Muzzio (2013) afirma que o capital social consiste em uma série de capacidades adaptativas que se referem às estruturas sociais e à rede de interconexão entre elas e o senso de comunidade e apego ao local. Os resultados do trabalho de Antoniotti e Boschma (2018) também mostram que a ligação entre o capital social existente parece tornar as regiões resilientes em tempos de crise, reduzindo a probabilidade de saída, especialmente em setores não relacionados às especializações existentes nas regiões. As contribuições da criatividade na resiliência regional também merecem destaque, onde a base para a vantagem territorial é o talento e que, para potencializar o crescimento econômico, os lugares devem se desenvolver, atrair e reter pessoas criativas que possam estimular o conhecimento, a tecnologia e a inovação e, assim, a resiliência. Para tal, com o intuito de atrair e reter talentos, trabalhando o capital social da região, deve-se pensar na qualidade do local, combinando fatores como abertura, diversidade, cultura de rua e qualidade ambiental, sendo que o local deve fornecer um ecossistema no qual diversas formas de criatividade podem enraizar e florescer (Boschma; Pinto, 2015).

Destaca-se outro fator crítico dentro do conceito de resiliência regional evolucionária: conhecimento e a inovação, exatamente pela necessidade de formação de recursos humanos e desenvolvimento de capacidades que possam ampliar a resiliência regional. A inovação é muitas vezes assumida como crucial para a resiliência, consistindo-se em noção central para as políticas da União Europeia (UE) na última década e muito influente em estudos de ciência e tecnologia (Boschma; Pinto, 2015). Nesse sentido, o conceito de Hassink (2010), de região de aprendizagem, condiz com o exposto em relação à inovação, consistindo em uma estratégia regional de inovação, na qual um amplo conjunto de atores regionais relacionados à inovação, tais quais políticos, policy makers, câmaras de comércio, sindicatos, instituições de ensino superior, instituições públicas de pesquisa e empresas, estão fortemente conectados com a intenção de promover o desenvolvimento de novas capacidades. Também, argumentando sobre o conceito de resiliência regional evolucionária, Coenen et al. (2016) reforçam que maior atenção deve ser direcionada às oportunidades de processos amplos e contínuos de geração de conhecimento, formação de recursos humanos e de desenvolvimento de capacidades na indústria e em interação com organizações públicas de pesquisa e educação. Nesse sentido, defendem a intervenção de políticas para promover a diversificação econômica e resiliência das regiões por meio de políticas personalizadas baseadas na relação entre as indústrias e na combinação de bases de conhecimento em um contexto de cooperação público-privada. É provável que economias resilientes tenham sistemas de

inovação ágeis que promovam novas combinações de atividades, nas quais as organizações estão dispostas a aceitar riscos e onde a adaptabilidade é incorporada ao comportamento e às respostas dos principais atores da região (Bristow; Healy, 2018).

Também, dando ênfase e exemplificando o que tange a importância do conhecimento e inovação em termos regionais, falando sobre o turismo em regiões europeias, Bellini et al. (2017) citam que as políticas visam principalmente promover interações com instituições científicas de pesquisa e educação e estimular a capacidade regional de pesquisa e desenvolvimento e inovação no sentido de co-desenvolver aplicações direcionadas para o turismo, como plataformas digitais, a fim de aumentar as oportunidades para as empresas adquirirem, assimilarem e explorarem os insumos provenientes de fontes, o que contribuiu para aumento da resiliência nos casos avaliados. Pinto (2016) corrobora ao trazer o caso da região do Algarve, em Portugal, uma região baseada em serviços de baixa intensidade tecnológica, em particular ligados ao turismo, com um limitado leque de atores de inovação. Porém, foi uma das regiões que se recuperaram mais rapidamente após a crise de 2008, principalmente desde 2015, com a introdução de novos setores mais competitivos ancorados no conhecimento científico e de produtos turísticos mais sofisticados.

Ainda, o fator de articulação dos atores regionais torna-se pertinente ao estudo da resiliência regional. Compreender se os diferentes atores regionais, como sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e empresas, governantes regionais, entre outros, participam ativamente desse processo, além da existência de estruturas que permitem a participação e a possibilidade de aprimoramento dessas interações, são pertinentes ao estudo da resiliência regional. Como exemplos práticos da interação e de como se estrutura, Ramos e Rosa (2018) destacam a implementação de estruturas de governança das estratégias de especialização inteligente em regiões de Portugal, destacando que estas podem ser conduzidas de diferentes maneiras, contando desde a condução voluntária ou à criação de uma entidade nova para gestão das estratégias regionais, reunindo todos os atores.

Também, Grillitsch e Asheim (2018) citam que, de acordo com a abordagem de especialização inteligente, as descobertas empresariais devem informar as prioridades políticas nos processos ascendentes, a conectividade inter-regional e a cooperação, bem como o envolvimento da sociedade civil e dos consumidores, a fim de enfrentar os principais desafios societários. Ainda, corroboram Grillitsch e Sotarauta (2018), que sugerem que tais processos de governança de baixo para cima para a mudança estrutural regional se baseiam na interação e sinergias entre a "trindade da agência de mudança": empreendedores inovadores (buscando oportunidades de criar valor), empreendedores institucionais (trabalhando para a mudança institucional) e liderança de lugar (promovendo interesses locais, mobilizando e reunindo recursos). Além disso, os aspectos culturais específicos da região influenciam a inovação e o empreendedorismo. Ainda, mudanças nas dinâmicas regionais devem primar por torná-la mais aberta para a experimentação contínua, a aprendizagem e a formação de novas redes de ponte que ligam grupos e agências de atores desconectados anteriores para formar coalizões mais bem posicionadas para resolver grandes desafios sociais. Isso aponta para a urgência de criar práticas institucionais e estruturas de governança que transcendam as divisões segmentadas existentes entre governo, mercados e sociedade civil (Asheim; Isaksen; Trippel, 2019).

Os fatores de resiliência regional apontados por atores diversos como Boschma e Pinto (2015), Hassink (2010), González-Muzzio (2013), Antonietti e Boschma (2018), Coenen et al. (2017), Bristow e Healy (2018), Grillitsch e Asheim (2018), Grillitsch e Sotarauta (2018) estão desenvolvidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Atributos dos fatores de resiliência regional evolucionária

Fator	Atributos
Interação e articulação dos atores regionais	Colaboração entre diferentes atores regionais através da participação ativa da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo. A interação eficaz promove estratégias de inovação e promove a resiliência, facilitando respostas coletivas a crises e desafios.

Capacidade de adaptabilidade da região	A adaptabilidade é a capacidade de uma região de ajustar-se proativamente a mudanças estruturais e criar trajetórias de crescimento, especialmente diante de choques ou mudanças. A diversificação de regiões europeias após recentes crises, com foco em novos setores competitivos ancorados em conhecimento científico, é exemplo deste fator.
Redes de conhecimento, P&D e Inovação	Trata-se da prática colaborativa entre atores locais para gerar, compartilhar e aplicar novos conhecimentos, promovendo a adaptação e a capacidade de inovação contínua da região. A criação, utilização e adaptação de tecnologias são centrais para a resiliência e dão suporte a fatores como a adaptabilidade.
História e dependência da trajetória	Consiste na influência do legado industrial, de rede e institucional, uma vez que a história e trajetória regional definem o escopo para a reorientação de habilidades, recursos e tecnologias, onde o passado representa tanto restrições quanto oportunidades para o desenvolvimento futuro.
Capital social e qualidade de vida local	O capital social fortalece a coesão e a capacidade de resposta. Regiões com forte capital social conseguem reter e atrair talentos criativos, promovendo um ambiente propício para a inovação e a resiliência.
Estruturas institucionais, papel do Estado, mercado de trabalho e produto	Conjunto de normas, políticas e configuração de instituições que governam e regulam a economia. A flexibilidade e abertura dessas estruturas são determinantes para permitir a adaptação a novas oportunidades, apoiar as necessidades das organizações e fomentar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento econômico ou, por outro lado, manter as trajetórias existentes e <i>status quo</i> , fortalecendo a capacidade de se adaptar e desenvolver.

Fonte: elaboração própria (2025)

No quadro acima, para o fator interação e articulação dos atores regionais, destaca-se a colaboração. Em capacidade de adaptabilidade da região, trata-se de ajustamento. Em redes de conhecimento, P&D e Inovação, busca-se a colaboração com atores em rede. Isso se assemelha ao fator capital social e qualidade de vida local. Quanto ao fator história e dependência da trajetória, revela-se o legado histórico e institucional. Já em estruturas institucionais, papel do Estado, mercado de trabalho e produto revelam-se meios para facilitar ou até limitar o desenvolvimento.

Por fim, releva destacar que Martin e Sunley (2015) apresentam diferentes maneiras de medir o grau e a forma da resiliência de uma região a um choque econômico e, para tanto, podem ser encontradas na literatura diferentes abordagens metodológicas, variando de estudos de caso descritivos e análises documentais e avaliação de estratégias regionais formuladas pelos gestores. Neste trabalho optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória e qualitativa, enfatizando a relevância da identificação e análise da percepção dos atores a respeito do processo de resiliência regional.

3. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica de cunho exploratório e do tipo qualitativa. A coleta de dados primários consistiu na realização de entrevistas em profundidade com atores locais: representantes municipais, da sociedade civil, de instituições de ensino e pesquisa e da iniciativa privada. A construção do instrumento de coleta baseou-se diretamente no referencial teórico da resiliência regional evolucionária, especialmente das contribuições de Boschma (2015), Simmie & Martin (2010) e Pinto (2016), tomando como base os seis fatores descritos no Quadro 1. A partir deles, foram elaborados dois roteiros semiestruturados de entrevista: um voltado a gestores públicos e outro destinado aos demais atores regionais. Essa estrutura permitiu captar percepções, exemplos e avaliações referentes aos diferentes atores, assegurando coerência entre o corpo teórico e as questões exploradas junto aos participantes. Como a pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, optou-se por um instrumento que fosse capaz de dar conta da diversidade de experiências e práticas presentes no território.

As entrevistas foram realizadas com base em dois roteiros de perguntas: um construído para a obtenção de informações junto aos gestores municipais e outro para os demais atores. A maior parcela das entrevistas foi conduzida de forma presencial. Em alguns casos, como das micro e pequenas empresas (MPES) de Riozinho, Taquara e Rolante, foram conduzidas entrevistas por videochamada.

A amostra adotada foi intencional e composta por 36 entrevistados distribuídos entre iniciativa privada, sociedade civil organizada, instituições

de ensino e pesquisa e poder público dos seis municípios do Vale do Paranhana, sendo o período de coleta de dados de junho a outubro de 2022. A preocupação central não foi a representatividade estatística, mas a representatividade e inclusão de atores-chave com diferentes papéis, trajetórias e responsabilidades no desenvolvimento territorial. Os atores locais entrevistados foram: a) prefeitos (ou representantes de secretarias de desenvolvimento econômico de ou desenvolvimento social); b) micro e pequenas empresas (1 entrevista em cada município) e indústrias, prestadores de serviços ou comércios existentes de médio e grande porte (2 entrevistas em cada município; aqui deu-se preferência pela entrevista com diretores ou principais representantes, dependendo da disponibilidade e conveniência da organização); c) representantes da sociedade civil, composta por entidades, associações e organizações não-governamentais (buscou-se contato com organizações de apoio ao desenvolvimento econômico e inovação regionais, entidades de classe e organizações sociais com foco em empreendedorismo, mapeando-os à nível regional, dada sua capilaridade em diferentes municípios do Vale do Paranhana); e d) instituições de ensino e pesquisa¹, como faculdades, institutos federais, instituições de ensino técnico, que possuem abrangência regional e atendem todos os municípios do Vale, identificando-se neste perfil 5 instituições, sendo um entrevistado em cada instituição.

Os entrevistados foram anonimizados e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a realização das entrevistas, os dados foram transcritos integralmente, organizados e codificados conforme as categorias derivadas do referencial teórico, permitindo o agrupamento do conteúdo em blocos temáticos para melhor entendimento. A análise ocorreu por meio da triangulação das percepções dos diferentes grupos de atores, relacionando os achados empíricos aos conceitos da literatura e objetivos da pesquisa, possibilitando a identificação de padrões, tensões e complementaridades que sustentam a compreensão da resiliência regional evolucionária no Vale do Paranhana.

O Quadro 2 reúne informações sobre os atores entrevistados em cada município. Observa-se ainda que para facilitar a relação do conteúdo exposto na próxima seção e o tipo de respondente foram utilizados códigos: “ESoc” para atores da Sociedade Civil, ONGs e Associações; “EGov” para governanças e representantes municipais e poder público; “EPriv” para atores da iniciativa privada e “EEns” para atores relacionadas a instituições de ensino e pesquisa.

Nota 1: Para elencar estas instituições utilizou-se a plataforma e-MEC, no caso das instituições de ensino superior, e Coordenadoria Regional de Educação (CRE), no caso dos cursos de ensino técnico ligados a escolas estaduais e cursos livres.

Quadro 2 – Relação dos Entrevistados

	Ator	Categoria	Entrevistado	Código	Data da entrevista	Duração (hs)
1	Instituto Desenvolver	Sociedade civil, ONGs, associações	Diretor	ESoc1	02/07/2022	00:59:1
2	ParanhanaTec	Sociedade civil, ONGs, associações	Coordenador	ESoc2	04/07/2022	01:17:49
3	Sesc Taquara	Sociedade civil, ONGs, associações	Coordenadora pedagógica	ESoc3	04/07/2022	00:37:28
4	Lions Inovação	Sociedade civil, ONGs, associações	Presidente	ESoc4	04/07/2022	01:03:37
5	Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária de Rolante e Riozinho (ACISA)	Sociedade civil, ONGs, associações	Presidente	ESoc5	05/07/2022	01:05:59
6	Comunidade Paranhana Valley	Sociedade civil, ONGs, associações	Coordenador	ESoc6	15/07/2022	01:14:27
7	Prefeitura de Rolante	Representantes municipais	Prefeito	EGov1	21/07/2022	00:27:25
8	IFRS- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Instituições de ensino	Coordenador pedagógico	EEns1	21/07/2022	01:22:11
9	Associação dos Municípios do Vale do Paranhana	Sociedade civil, ONGs, associações	Presidente	ESoc7	25/07/2022	00:52:07
10	Crisdu Moda Íntima	Média - Grande empresa	Diretor de Inovação e Tecnologia	EPriv1	28/07/2022	00:45:41
11	Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt	Instituições de ensino	Diretora	EEns2	23/08/2022	00:49:50
12	Prefeitura de Igrejinha	Representantes municipais	Secretário de Desenvolvimento	EGov2	24/08/2022	00:57:29
13	Ambiente Verde	Média - Grande empresa	Diretor	EPriv2	30/08/2022	01:11:11
14	Prefeitura de Três Coroas	Representantes municipais	Secretário de Turismo e Desenvolvimento	EGov3	05/09/2022	00:58:40
15	Taquara Mais	Sociedade civil, ONGs, associações	Coordenador	ESoc8	06/09/2022	00:49:56
16	Instalar Climatização	MPE	Sócio-proprietário	EPriv3	08/09/2022	01:05:38
17	CIMOL – Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato	Instituições de Ensino	Diretora	EEns3	22/09/2022	00:31:36
18	Usaflex S/A	Média - Grande empresa	Diretora Jurídica/Desenvolvimento Humano	EPriv4	05/10/2022	00:59:46
19	Prefeitura de Riozinho	Representantes municipais	Prefeito	EGov4	06/10/2022	00:41:42
20	Alexandre Wecker Calçados	Média - Grande empresa	Sócio-proprietário	EPriv5	06/10/2022	00:51:49
21	Paraboni	Média - Grande empresa	Gerente administrativa	EPriv6	06/10/2022	01:11:46
22	Calçados Bibi	Média - Grande empresa	CEO	EPriv7	06/10/2022	01:03:56
23	Bebecê Calçados	Média - Grande empresa	Gerente de Tecnologia	EPriv8	07/10/2022	00:56:12
24	Prefeitura de Taquara	Representantes municipais	Prefeita	EGov5	07/10/2022	00:52:50
25	Viva Vida	Média - Grande empresa	Sócio-proprietário	EPriv9	07/10/2022	00:47:59
26	Sicredi Caminho das águas	Média - Grande empresa	Diretor	EPriv10	11/10/2022	00:59:52
27	Redemak Rolante	Média - Grande empresa	Sócio-proprietário	EPriv11	11/10/2022	01:07:08
28	FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara	Instituições de ensino	Vice-diretor de ensino e pesquisa	EEns4	11/10/2022	01:25:41
29	Xis do Vini Alimentação	Média - Grande empresa	Sócio-proprietário	EPriv12	17/10/2022	01:02:47
30	Saft Embalagens	Média - Grande empresa	Diretor comercial	EPriv13	17/10/2022	00:51:09
31	Moka Comunicação	MPE	Sócio-proprietário	EPriv14	19/10/2022	00:33:38
32	Aline Evelin Fotografia Profissional	MPE	Sócio-proprietário	EPriv15	24/10/2022	00:52:22
33	Eccho Escritórios Compartilhados	MPE	Sócio-proprietário	EPriv16	26/10/2022	01:00:59
34	Dener Finotti Confeitaria	MPE	Sócio-proprietário	EPriv17	31/10/2022	00:50:58
35	Cris Bykes – Oficina especializada em ciclismo	MPE	Sócio-proprietário	EPriv18	31/10/2022	00:30:22
36	Prefeitura de Parobé	Representantes municipais	Secretário de Desenvolvimento Econômico	EGov6	31/10/2022	00:48:32

Fonte: elaboração própria (2025)

O Quadro 2 apresenta um panorama detalhado dos entrevistados realizadas, evidenciando a diversidade dos atores envolvidos na coleta de dados primários. A intenção em incluir representantes de diferentes setores, foi de assegurar uma visão multifacetada das dinâmicas locais e regionais.

4. Resiliência Regional Evolucionária no Vale do Paranhana-RS

O Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, é composto pelos municípios de Três Coroas, Igrejinha, Parobé, Taquara, Rolante e Riozinho, e sua formação histórica está vinculada à colonização alemã, à pequena agropecuária e à posterior especialização na indústria coureiro-calçadista (Morais, 2012; Galvão, 1999). A partir de conhecimentos artesanais trazidos pelos imigrantes, como a fabricação de sapatos, chinelos e tamancos, consolidou-se, ao longo do século XX, num arranjo produtivo com adensamento industrial em calçados e artefatos de couro. Essa trajetória explica tanto a predominância da indústria de transformação na estrutura econômica local, com destaque para empresas como Beira-Rio, Piccadilly, Usaflex e Bibi, quanto o processo de urbanização observado em municípios mais industrializados, como Igrejinha, Parobé e Três Coroas, em contraste com realidades onde predominam atividades agropecuárias e com menor densidade populacional, como Rolante e Riozinho (Secretaria do Planejamento, 2015). Isso se verifica pois, enquanto Igrejinha, Taquara e Parobé concentram mais de 70% do PIB regional, municípios como Rolante e Riozinho apresentam menor densidade demográfica e estrutura produtiva menos diversificada (IBGE, 2021).

Do ponto de vista socioeconômico, os municípios compartilham uma base produtiva marcada centralmente pela indústria calçadista. A crise estrutural do setor de calçados, associada à concorrência asiática e à valorização cambial no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, afetou de forma desigual esses territórios, com retração mais intensa do emprego industrial onde a dependência setorial era maior, reforçando vulnerabilidades típicas de regiões especializadas em atividades intensivas em mão de obra (Abicalçados, 2021; Matte Jr., Spricigo & Ruffoni, 2023).

No plano social, os municípios registram avanços significativos em desenvolvimento humano e escolaridade, embora com patamares distintos. Entre 2000 e 2010, todos ampliaram o IDHM em mais de 10%, com Taquara e Igrejinha alcançando a faixa de alto desenvolvimento, ao passo que Rolante e Riozinho permanecem em nível médio (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2021). Paralelamente, observa-se forte elevação da proporção de trabalhadores com ensino médio e superior, sugerindo um processo de qualificação em meio à perda de empregos industriais formais (RAIS, 2021). Esses movimentos compõem a dinâmica socioeconômica do Vale e ajudam a compreender tanto as singularidades de cada município quanto os limites e possibilidades de construção de resiliência regional sob uma perspectiva evolucionária (Boschma, 2015; Martin & Sunley, 2015; Matte Jr., Spricigo & Ruffoni, 2023).

4.1. Fatores de Resiliência Regional Evolucionária

A trajetória histórica e a estrutura econômica do Vale do Paranhana revelam um território com forte condicionamento ao legado de especialização produtiva. Assim, compreender a resiliência do Vale requer considerar tanto os condicionantes históricos que moldaram sua trajetória quanto as possibilidades de transformação associadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento institucional e à ampliação da complexidade econômica. Nesse sentido, a análise desenvolvida nessa seção articula as percepções dos entrevistados, evidenciando pontos de convergência e tensão entre os fatores teóricos e a realidade territorial. Isso permite observar como elementos estruturais impactam a capacidade adaptativa do Vale do Paranhana e se expressam nas falas dos diferentes atores locais.

Um primeiro fator refere-se às redes de conhecimento e educação como fundamentais para potencializar o desenvolvimento e resiliência regionais. Nas entrevistas, esse fator é apresentado a partir de perspectivas diversas que defendem a adoção de metodologias alinhadas com as demandas da nova economia e expectativas dos jovens, agregando a questão do ensino básico, técnico e superior. O entrevistado EPRIV1 comenta sobre “educação e empreendedorismo, os dois pontos que são base para, a partir

daí, existirem ações para se tornar o Vale mais resiliente”, destacando o viés da educação atrelada aos conceitos da nova economia. Nesse sentido, o entrevistado EPRIV17 ressalta que “Pensando no que vem acontecendo no atual momento, investimento em educação, pra mim, é o ponto principal. Sempre vai ser, porque educação gera pessoas mais preparadas, gera investimento em tecnologia”.

O fator ligado à educação é destacado também pelo entrevistado ESOC3, que destaca a urgência de um olhar distinto, para que os jovens e crianças sejam incentivados a pensar de maneira colaborativa e participativa. É necessário “ter uma outra postura frente as coisas, acho que isso vem crescendo e faz com que o pessoal tenha uma outra pegada, acho que nessa questão de educar para esse olhar, para ter essa resiliência, essa questão de inovação”, destacando ainda que isso deveria ocorrer desde a educação infantil, para que pudesse ser internalizado e colaborasse com o desenvolvimento almejado. Observa-se uma relação destas percepções com o que é mencionado por Boschma e Pinto (2015), que destacam que no contexto de resiliência evolucionária, o conhecimento e a inovação ganham ênfase dada a necessidade de desenvolvimento de novas capacidades que possam ampliar a resiliência. Na mesma linha, Christopherson et al. (2010) e Tupy et al. (2018) frisam que são diversos os fatores que permitem que uma região possa se ajustar e se adaptar ao longo do tempo, sendo que estes são distintos entre as regiões (diferentes padrões), porém, reforçam que algumas características são latentes e comuns, influenciando a capacidade de resiliência das regiões, tal como as estratégias que possibilitem a geração de maior aprendizado e conhecimento na região. Igualmente, Coenen et al. (2016) reforçam que maior atenção deve ser direcionada às oportunidades de processos amplos e contínuos de geração de conhecimento.

O foco numa educação que leve em consideração o contexto do século 21 e que tenha o aluno como protagonista, aplicando senso crítico na evolução da construção do seu conhecimento, é ressaltada pelo entrevistado ESOC6, que, traz em seu depoimento, a urgência de repensar o formato com o qual a educação é conduzida e como esse fator contribui para a resiliência. Tais percepções aproximam o fator de redes de conhecimento à própria questão de adaptabilidade regional:

Eu acho essencial é a educação, e não é uma educação de sentar o dia inteiro na escola estudando matemática. Estou falando de uma educação de verdade, que liberta, que dá senso crítico, que ensina o aluno a se conectar com o mundo atual, que traz pra ele como o mundo é hoje, não como o mundo foi só no passado, para a gente entender o mundo de hoje. Entender o que é uma startup, incubadora, quais são os potenciais que trabalhar com tecnologia está nos apresentando, como é trabalhar pela internet, que dá para ganhar dinheiro no desenvolvimento de jogos, onde um hobby pode virar sim uma profissão, enfim, educação precisa de uma reforma considerável para que a gente realmente comece educar os jovens do século 21 para viver no século 21 e não para viver no século XIX como a gente tem infelizmente feito, não é? (ESOC6)

De igual forma, o entrevistado EPRIV2 comenta sobre como atrelar a educação a possibilidades do empreendedorismo e da inovação fomentarem a manutenção, por exemplo, de jovens na região. “Essas coisas são preponderantes para o desenvolvimento regional, gerar essa mudança no meio administrativo, como gestor, para que possamos manter o jovem aqui também”. O entrevistado relata a situação de outros municípios onde o êxodo foi forte, observando sobre situações em que a mão de obra jovem partiu em busca de atividades e postos de trabalho no ramo de tecnologia, fazendo que o município, portanto, sofresse com a fuga de talentos. Boschma e Pinto (2015) reforçam as contribuições da criatividade na resiliência regional, onde a base para a vantagem territorial é o talento e, para potencializar o crescimento econômico, os lugares devem se desenvolver, atrair e reter pessoas criativas que possam estimular o conhecimento, a tecnologia e a inovação e, assim, a resiliência, sendo que o local deve promover um ambiente no qual diversas formas de criatividade podem se enraizar e florescer. O conhecimento também é destacado pelo entrevistado ESOC7 como fator primordial, enfatizando sobre a especialidade regional na indústria calçadista:

É o conhecimento, volto a dizer, a nossa região está dentro de uma área em que as pessoas têm muito conhecimento, muita história, muita bagagem, então isso não é à toa. Vamos pegar o exemplo do calçado: todos os Vales do calçado que surgiram no Brasil a fora têm como origem a nossa expertise, então acredito que

basicamente é o conhecimento, o saber fazer, essa estrutura que ao longo dos anos foi sendo implementada aqui e faz com que o Vale se mantenha de pé e esteja até hoje trabalhando essas questões apesar dos ciclos econômicos. Ainda mais né, porque a gente não perde esse conhecimento, ele continua se reciclando ao longo do tempo e isso é a mola propulsora junto com o nosso empreendedorismo (ESOC7).

Importante conectar essa percepção com o que sinaliza Boschma (2015): o passado de uma região tem uma forte marca na resiliência regional, não apenas em termos de restrições, mas também em termos de oportunidades, pois define o escopo para a reorientação de habilidades, recursos, tecnologias e instituições nas regiões e a possibilidade de utilizar essa base existente para a criação de novas oportunidades.

Ainda, a percepção do entrevistado ESCO7 se conecta com o que expressam outros entrevistados ao comentar da cultura, história e trajetória regional como fatores preponderantes, conectando-se à história e trajetória do Vale do Paranhana, conforme destacado pelo entrevistado EPRIV2: “Acho que num primeiro momento é nossa cultura, o jeito de sermos, isso precisa ser respeitado”. Na fala do entrevistado EPRIV3, “Certamente a questão cultural que herdamos, de sermos teimosos, persistentes, de sermos trabalhadores. São pontos fundamentais, pois tivemos muitos momentos com empresas quebrando, mas que voltaram, é a resiliência do calçado”. De fato, a cultura da região, desde sua colonização, como trazido por Galvão (1999) e Moraes (2012), denotam uma relação próxima à fabricação de calçados, e desafios relacionados à essa indústria.

Ainda, o fator colaboração ganha destaque nas falas dos entrevistados ESOC1 e EPRIV10 que comentam sobre como esse fator pode ser um diferencial para a região, estando conectado à cultura que, ao longo do tempo, caracterizou-se por uma certa distância entre os atores, dada a competição mercadológica existente especialmente no ramo calçadista. De fato, a interação entre os atores regionais é destacada por Pinto (2016), onde pessoas, empresas, organizações e poder público, ao interagirem podem contribuir para a resiliência por meio do uso e difusão de novos conhecimentos, permitindo a aprendizagem coletiva e a inovação.

Os entrevistados EPRIV2 e ESOC4 destacam que a colaboração se torna essencial para a superação de adversidades comuns vivenciadas pelas organizações. Como preconiza o entrevistado EPRIV2 “A gente precisa quebrar esse paradigma e entender pelo bem comum que não é só como eu devo agir, muitas vezes temos que mudar para colaborar, entender, absorver, acompanhar, tem que ter essa percepção de união”. O entrevistado ESOC4 nesse sentido, corrobora dizendo que o fator preponderante é a colaboração e união dos atores, tal qual estão buscando desenvolver através do programa “Taquara Mais”: “Colaborar, entender o que está acontecendo, o que nós temos e como a gente pode se reorganizar e se adequar”. Corrobora o entrevistado ESOC2:

O fator mais importante é colaborar, sem nenhuma dúvida a colaboração entre os atores, os conhecimentos de cada um, e se desprender dessa questão de concorrente (...). A gente aqui entende que se formos fortes na base, vai ficar melhor para todos. Acho que em relação a esse entendimento estamos longe ainda.

A interação regional aparece nas falas de alguns entrevistados, que a sinalizam como um fator preponderante à resiliência. Nesse sentido, o entrevistado EGOV2 também destaca a interação, além da proatividade dos atores em buscarem essa conexão, ressaltando que, na sua percepção, “os empresários poderiam firmar parcerias com escolas e promover ramos ligados à tecnologia, pois há duas escolas grandes de ensino médio na cidade de Igrejinha”. Ainda, o entrevistado EPRIV16 fala sobre o potencial que a colaboração tem a nível regional, dependendo de quão genuínas são as interações dos atores: “tem que ter empatia entre os atores, é preciso que as pessoas tenham capacidade de voltar atrás, de não ter a sua verdade como verdade absoluta”. Isso corrobora com a intenção de troca de ideias e busca conjunta de soluções para demandas que a região, segmentos ou atores possam ter.

Atores do setor público, como os entrevistados EGOV3 e EGOV6 ressaltaram, de igual forma, a interação dos atores regionais. O entrevistado EGOV3 comenta sobre a integração de todos, no sentido de criar um planejamento para onde a região quer chegar, bem como, onde o meio acadêmico pode contribuir de maneira profícua:

A participação de todos no projeto de onde estamos e onde queremos chegar. É simples, isso a iniciativa privada faz muito bem na gestão, mas o não falar sobre o planejado é ruim. O envolvimento do meio acadêmico também, com esses temas que são latentes. Se não temos aqui no Vale, buscamos no Sinos, FEEVALE, por exemplo, que está perto de nós. Acho que até trazendo uma culpa para nós, quanto mais tem academia dentro dos processos de planejamento, maior entrega no final, isso vale para todas as demandas, ambiental, negócios, enfim, tudo gira tecnicamente dentro da universidade (EGOV3).

Já o entrevistado EGOV6 dá maior ênfase para a relação do setor público com a iniciativa privada, que pode gerar oportunidades de desenvolvimento para os negócios e superação de desafios, entendimento sobre demandas, entre outros. Tal interação, de certa maneira, parece ter melhorado com o cenário da pandemia, que exigiu união entre os atores. As entrevistas revelam elementos comuns às regiões periféricas, como baixa confiança interorganizacional, competição histórica entre empresas e percepção limitada de legitimidade institucional. Esses aspectos, amplamente discutidos na literatura sobre governança em contextos do Sul Global (Pike, Rodríguez-Pose & Tomaney, 2013; Crescenzi et. al, 2020), ajudam a explicar a fragilidade das interações identificadas no Vale do Paranhana e indicam que a capacidade de ação coletiva depende de condições institucionais e culturais que vão além dos fatores estritamente produtivos.

O fator relacionado ao capital social da região é destacado pelos entrevistados EENS3, ESOC8 e EPRIV14, elencando-se a proatividade das pessoas e a busca constante da população pela qualificação, como contributivo ao desenvolvimento da região. Também, a diversificação das atividades econômicas regionais foi sinalizada, como no caso do entrevistado EPRIV17, que ressalta que investimentos em dado segmento seriam vitais para a diversificação da região, aproximando-se de conceitos como de adaptabilidade da região à novas demandas da sociedade e características regionais.

O fator de diversidade e novos negócios foi destacado também pelo entrevistado EPRIV18. Nesse ponto, novamente a adaptabilidade é destacada, onde ela surge através de oportunidades ou decisões para deixar um caminho, ou desenvolver outros de maneira paralela, construindo uma nova trajetória, relacionada ou alternativa ao passado da região (Dawley et al., 2010; Pike et al., 2010). Esta adaptabilidade pode ter mais facilidade de ser desenvolvida, de acordo com a percepção do entrevistado EGOV6, se consolidado um planejamento regional com delimitações claras de quais atividades devem ser realizadas e os responsáveis por cada uma, para que se tenham metas factíveis e claras.

Entrevistado EGOV6 comenta também sobre a necessidade de desenvolvimento de lideranças locais e regionais para que se transponha o período do ciclo político (eleições), pois a resiliência e o desenvolvimento, na visão do entrevistado, são obtidos com planejamento de estado (e não somente de governos) e é um processo que se constrói no longo prazo:

Primeiro tem que ter um plano do que se quer ter, do que se quer ser. [...] Isso falta para todos os municípios do Rio Grande do Sul talvez, falta um plano ordenado, orquestrado e executado para transformar o município, naquilo que ele deve ser, aquilo que ele quer ser, né? Então, primeiro falta um plano. Segundo, falta liderança, não é? Eu estou falando de uma liderança que transpõe o mandato de 4 anos, estou falando de lideranças de sociedade local, seja ela liderada por uma empresa, ONG, pessoa física mesmo, falta uma liderança local que tenha visão de futuro, execute esse plano no médio e longo prazo, não é? É que se torna mais fácil hoje sensibilizar o prefeito para fazer um plano de 2 anos, 1 ano, 2 anos, mas esse tempo não vai impactar em nada em uma cidade, região (ESOC6).

De maneira geral, a partir das entrevistas, os fatores sinalizados como primordiais para a resiliência do Vale do Paranhana se constituem em interação e articulação dos atores regionais, redes de conhecimento e inovação (por meio da educação), história e dependência de trajetória e, com menor ênfase, a capacidade de adaptabilidade da região e o capital social. Das relações e interações, estão são ainda pontuais e sob demandas específicas e citam que iniciativas que buscam aproximar os atores, são ainda embrionárias e exigem amadurecimento. Na perspectiva da iniciativa privada, existe a articulação, é pouca e pontual, algo que precisa ser desenvolvido.

4.2. Ações para Promover a Resiliência Regional Evolucionária

Em termos da percepção dos atores a respeito das ações necessárias para promover a resiliência regional evolucionária, os entrevistados apontaram a necessidade de pensar e planejar ações relacionadas à educação, como qualificação profissional e atividades que auxiliem na manutenção do jovem na escola, promovendo o aprendizado de temáticas que sejam relevantes para sua vida como cidadão. Ainda, o foco na diversificação das atividades regionais destaca-se, onde aparece o turismo como alternativa ao setor industrial, além de investimentos na própria indústria regional, tecnificando-a para maior agregação de valor. Por fim, a integração entre os atores regionais, já destacada anteriormente, é novamente apontada como oportunidade capaz de qualificar os fatores regionais de resiliência.

Como ação inicial, o entrevistado ESOC6 reforça que deveriam ser mapeadas as potencialidades regionais, identificando, por exemplo, em quais atividades os municípios se sobressaem. O segundo passo seria a tomada de decisão conjunta, "(...) tentando agregar valor para todas as entidades e municípios representantes. E a partir daí fazer o plano e depois executar o plano e depois entregar os resultados. Acho que seria isso aí, mapeamento, planejamento, execução e resultados". O entrevistado EPRIV13 cita, de maneira complementar, que o Vale do Paranhana possui infinitas possibilidades, como potencial nos setores moveleiro, metal mecânico e turístico, havendo espaço para uma atividade complementar a outra, mas destaca a complexidade relacionada à articulação de ações.

Contribuindo com um entendimento regional sobre potencialidades e possibilidades, a interação dos atores regionais, compartilhando dificuldades e demandas e trabalhando em conjunto em prol de agendas comuns dentro do Vale do Paranhana é destacada pelo entrevistado ESOC2. Ele ressalta que a principal iniciativa reside na criação de um ambiente propício para o debate, colaboração e inovação, onde seja possível unir os diferentes atores em torno de dificuldades e propostas positivas para a região. Sinaliza que tais movimentos já são vistos em outros locais, como em Porto Alegre, e funcionam bem porque reúnem expertise e focam nas dificuldades e necessidades reais da comunidade, o que acaba por gerar valor aos envolvidos:

Não adianta cada um achar que é o meu (que importa), porque tem demandas de um que o outro pode colaborar, então, pelo menos saber o que o outro está fazendo. Ter uma pauta comum, mesmo que ela seja distinta, mas ter uma pauta comum aberta, onde todos saibam o que estão fazendo. Não adianta, por exemplo, um município fazer uma ação toda voltada para uma estratégia e o outro ir pra um lado completamente oposto. A gente tem algumas ações, como por exemplo os prefeitos criaram a associação, Ampara, mas não parece ser estratégica e de planejamento, é mais "ah, vamos nos reunir porque precisamos ir lá no governo pedir um dinheiro para botar asfalto", sabe? Mais um lobby do que um plano (...) (ESOC2).

A integração a nível municipal, além de um fórum mais abrangente à nível regional, é destacada pelo entrevistado EPRIV17 ao citar que uma estratégia que poderia contribuir para o enfrentamento de desafios comuns seria a criação de um Conselho municipal com capacidade de reunir representações de empresários e empresas, junto de outros atores, para debater ideias que contribuíssem com o desenvolvimento do município e, posteriormente, da região. O entrevistado EPRIV13 apresentou opinião semelhante, reforçando a necessidade da integração de atores como poder público e iniciativa privada, fazendo "com que esses dois mundos conseguissem convergir para uma visão comum, saber que a região não pode perder esse DNA calçadista, mas não precisa ser o único". Também, EPRIV9 frisa que "falta um pouco mais de aproximação entre os municípios e os gestores. Isso, eu acho que seria muito válido, muito bom para desenvolver mais". Enquanto representante do poder público, o entrevistado EGOV1 ainda corrobora citando que a movimentação à nível regional traz benefícios a todos, sejam empresas, sociedade civil, instituições de ensino e os próprios municípios que colaboram. A análise do conteúdo da fala dos entrevistados, permite observar uma lacuna existente no que tange a execução de ações conjuntas e a integração dos atores regionais em prol de fatores capazes de gerar melhores situações em termos de resiliência regional. Por outro lado, as vantagens da colaboração são bem percebidas e há o anseio das pessoas por isso, o que pode ser um aspecto facilitador para a integração.

Especificamente sobre iniciativas que contribuiriam para promover a resiliência regional, o entrevistado ESOC1 diz que são fundamentais ações de qualificação desde a educação básica, buscando prover uma base sólida para que possibilite aos alunos terem uma boa jornada no ensino médio, técnico e superior. Os entrevistados EPRIV1 e EPRIV7 sinalizam o potencial de outras formações, como cursos rápidos, educação formal e qualificação constante que pode ser fornecida por qualquer dos atores regionais, o que gerará o atendimento de demandas do mercado, além de possibilidades de empreendedorismo e diversificação de atividades. Na percepção destes atores locais fica evidente o potencial da educação como vetor de mudança.

O entrevistado EPRIV7 ainda sinaliza o papel das empresas, dos mais diversos tipos, contribuam com a formação de valores éticos, conduta e questões básicas do cidadão, além de competências técnicas, dada a escassez de profissionais no mercado regional:

Com educação teríamos mais empreendedorismo, mais pessoas competentes, mais proatividade. Investimento na educação. Planejamento futuro, teríamos uma região unida. A gente está tendo que formar profissionais dentro das empresas e formar não só em competência técnica, mas muitas vezes a respeito de valores, códigos de conduta e ética [...] voltamos forte depois da pandemia, está em pleno emprego pelo que vejo. A grande questão é a qualificação, porque emprego até tem e vejo que as áreas digitais estão bem disputadas, para o futuro terá muito mais gente buscando esse tipo de competência (EPRIV7).

O entrevistado EPRIV18 comenta que o senso crítico e projetos que envolvam demandas da comunidade, gerando uma visão proativa enquanto cidadão, deve ser trabalhada desde a idade escolar, destacando com veemência que enxerga que os fatores regionais, como a história do lugar e sua trajetória, deveriam ser mais explorados durante a formação dos alunos, o que contribuiria para um olhar mais atento em relação à região. Dessa maneira, entende que diferentes atividades seriam beneficiadas, desde pequenos negócios a atividades ligadas à agricultura, bem como atividades já existentes no Vale. Nesse sentido converge a opinião do entrevistado EPRIV2, que cita que a oferta educacional pode contribuir para agregar valor à atividade calçadista onde, através de escolas técnicas, temáticas importantes para indústria, como a reciclagem de insumos, podem ser potencializadas e contribuir com os negócios da região: "gerar empresas com valor agregado, colocar escolas técnicas, a área reciclável vai crescer muito, formar profissionais nesse sentido, poderíamos colaborar com isso. [...] Nossa região é muito industrial, teria que agregar valor com alguma coisa". A agregação de valor também é destacada pelo entrevistado ESOC1, que cita a inovação pode nascer das dificuldades atualmente percebidas e a agregação de valor pode gerar vantagens competitivas às indústrias regionais.

A oferta de oportunidades de qualificação e inovação relacionadas ao segmento calçadista também é reforçada pelo entrevistado ESOC7, que cita que historicamente o conhecimento sobre o fabrico de calçados e artefatos foi transmitido de maneira tácita de geração para geração, e uma das funções do poder público é fazer com que isso não se perca, uma vez que já se constitui num diferencial da região, além de marcar sua trajetória regional, citando que, caso essa transmissão de conhecimento não mais ocorra, entende que a região em encontrará dificuldades em termos de resiliência.

Em relação à constatação anterior, destaca-se o legado industrial do Vale do Paranhana, que oferece oportunidades, o que pode ser entendido, conforme Boschma (2015), como o modo de aprimorar a resiliência das regiões em termos de capacidade de desenvolverem novas trajetórias de crescimento, focando essencialmente na base de conhecimento industrial da região (XIAO et al., 2018a). Assim, num ambiente em que o conhecimento em relação à área industrial e, como sinalizado pelos entrevistados, a calçadista, estivessem em voga, é provável que se promovam novas combinações de atividades, nas quais as organizações estão dispostas a aceitar riscos e onde a adaptabilidade é incorporada ao comportamento e às respostas dos principais atores da região (Bristow; Healy, 2018). Contribui ainda mão de obra qualificada com visão empreendedora (Christopherson et al., 2010), o que pode potencializar a adaptabilidade das organizações e da região e, dessa maneira, possibilitar um maior desenvolvimento das capacidades de resiliência regional. A criação destas "forças" depende da ênfase do empreendedorismo e da formação de novas empresas na região, da capacidade de inovação das empresas existentes e de sua capacidade e

vontade de mudar para novos setores e linhas de produtos, do acesso ao financiamento para investimentos, da diversidade de estrutura econômica da região, sobre a disponibilidade de mão de obra com as habilidades certas e fatores semelhantes (MARTIN, 2012).

Corroborando, o entrevistado ESOC1 ainda cita que, na sua opinião, além dos esforços para que existam melhores e mais alinhadas ofertas educacionais, a resiliência regional poderia ser positivamente impactada através de duas frentes: fortalecer a atividade industrial calçadista, partindo da visão de inovação e tecnificação deste segmento, e atividades que possam diversificar a economia regional e quiçá unir o segmento turístico à atividade calçadista.

De fato, outros entrevistados destacam que uma das estratégias para tornar o Vale do Paranhana mais resiliente poderia consistir em melhor aproveitar o espaço regional existente e explorar com maior ênfase nas oportunidades do turismo. Nesse sentido, e complementando o raciocínio dos entrevistados ESOC1, o entrevistado ESOC8 ressalta que tanto a atividade calçadista como o turismo podem se complementar e ganhar um com o outro, destacando ações que já são conduzidas no seu município e que têm gerado maior engajamento, unindo, por exemplo, oferta turística, como atividades relacionada à natureza, e a produção industrial do município.

O entrevistado ESOC8 descreve a participação regional no chamado Fórum de Turismo do Paranhana, espaço que congrega todos os seis municípios do Vale do Paranhana em prol de debates do segmento, e do qual atualmente é coordenador, onde “trazemos as demandas, composto por empresas, município enquanto poder público e a comunidade, que é quase a peça mais importante, porque ela tem que estar aberta para receber os turistas para terem experiências positivas”, reforçando, através dessa citação, também a importância da comunidade regional e da própria integração dos atores.

Os entrevistados indicaram a resiliência do Vale do Paranhana no curto prazo, mas a análise dos fatores da resiliência, num contexto evolucionário, indica que a região poderá enfrentar dificuldades num futuro próximo. Isto caso não supere situações evidenciadas pela pesquisa, como as questões relacionadas à dificuldade de captação de mão de obra e captação do jovem para o ambiente industrial, a falta de interação dos atores regionais, a ausência de um planejamento que possa guiar os esforços regionais, a escassez de lideranças com respaldo a nível regional e a pouca colaboração presente na região.

As percepções dos entrevistados denotam a complexidade que se possui ao analisar-se a resiliência de uma região. Além disso, pode-se verificar que uma análise de múltiplos fatores contribui para um entendimento mais adequado das dinâmicas regionais, ainda mais se tratando de uma análise de resiliência regional em sua perspectiva evolucionária e focando na combinação entre fatores. O Quadro 3 sintetiza os resultados da pesquisa relativa aos fatores de resiliência regional evolucionária.

Quadro 3 – Síntese dos resultados dos fatores de resiliência regional evolucionária segundo a percepção dos atores locais

Fatores	Síntese da percepção dos atores locais
Interação e articulação dos atores regionais	As relações são enfraquecidas, ocorrem apenas de maneira pontual, atrelada a iniciativas e projetos específicos. A interação tem sido motivada por associações e grupos da sociedade civil, que estão tentando criar iniciativas que articulem as ações regionais. Atores da sociedade civil e iniciativa privada enxergam instituições de ensino, especialmente a FACCAT (principal faculdade da região), como ator que poderia conduzir um trabalho sério de interação entre os atores regionais e guiar os esforços do Vale do Paranhana. Clima de competição que norteou as relações entre as indústrias calçadistas da região criou ambiente de distanciamento entre os atores, o que pode ser percebido ainda atualmente.
Capacidade de adaptabilidade da região	A região possui capacidade de adaptabilidade, segundo todos os grupos de atores entrevistados, pois enfrentou diferentes ciclos de crescimento e decaída, teve de reinventar sua atividade industrial, para que voltasse a crescer. As características culturais de seus colonizadores são ressaltadas como importantes nesse sentido. Os atores, de maneira geral, destacam que a região consegue ter capacidade de resiliência, mas que esta poderia ser ampliada se questões culturais e a interação entre os atores fosse expandida. Entre a iniciativa privada e sociedade civil, têm-se a visão de que novos segmentos deveriam ser potencializados.

Redes de conhecimento, P&D e inovação	Atores da sociedade civil, iniciativa privada e instituições de ensino ressaltam que a falta de incentivos à inovação e desenvolvimento do sistema local. Escolas técnicas e faculdades são procuradas, basicamente, para captação de mão de obra por parte da iniciativa privada. Não há articulação entre conhecimento e indústria. Existem incubadoras regionais, mas estas não possuem ou possuem ligação tênue com as indústrias. Os atores da sociedade civil e iniciativa privada mencionam que falta um planejamento que possa auxiliar a mapear potencialidades do Vale e que ajude a nortear os esforços da região. De maneira geral, os atores enxergam a FACCAT com respaldo regional, comentando que deveria ser mais ativa na articulação do conhecimento com demandas regionais.
História e dependência de trajetória	O Vale do Paranhana possui trajetória sólida em relação à atividade industrial, especialmente a calçadista. Ao mesmo tempo em que essa atividade gera renda e empregos, cria barreiras para o desenvolvimento de novas atividades que poderiam servir de maneira complementar à região, dada a sinalização, por parte dos atores da sociedade civil e iniciativa privada, de que sentem necessidade de diversificação, até mesmo para manterem a mão de obra jovem na região. Dentro da iniciativa privada, há divisão de opiniões, pois uma parte dos esforços é concentrada na diversificação, especialmente em atividades turísticas, e outra parte é direcionada à manutenção de atividades industriais, mas sem o enfoque na agregação de valor.
Capital social e qualidade de vida local	Qualidade de vida e relações a nível regional são tidas como positivas e servem de diferencial para a região por parte de todos os grupos de atores entrevistados. Ainda, na visão dos entrevistados da sociedade civil e iniciativa privada é necessária mais qualificação e oportunidades por meio de cursos técnicos e capacitações para ocuparem melhores posições nas empresas. As atividades relacionadas ao voluntariado e iniciativas conduzidas pela sociedade civil demonstram certa robustez do capital social existente no Vale do Paranhana.
Estruturas institucionais: papel do Estado, mercado de trabalho e produto	O poder público é visto apenas como “aproveitador” em alguns casos, na visão dos atores da iniciativa privada, sociedade civil e parte das instituições de ensino, mantendo atividades e políticas que visam o ciclo das eleições. As governanças municipais não são percebidas como possíveis mediadoras e protagonistas no processo de planejamento e desenvolvimento do sistema regional. Além disso, estes mesmos atores citam que as instituições, apesar de suficientes, não apresentam coordenação entre suas ações, o que gera iniciativas esparsas e que não atendem de maneira plena as necessidades dos atores locais. O mercado de trabalho encontra-se aquecido em atividades com baixa remuneração, faltando mão de obra para suprir a atividade industrial local. Contudo, faltam oportunidades para profissionais qualificados, especialmente na área de tecnologia, que acabam migrando para grandes centros urbanos em busca de melhor remuneração, flexibilidade e oportunidades. Entrevistados citam a necessidade de agregar valor ao calçado produzido na região, tecnificar a atividade e, através disso, conseguir manter a mão de obra jovem na região. Além disso, a falta de mão de obra para atividade operacional tem prejudicado os planos das empresas aumentarem sua produção e representa um obstáculo regional em termos de resiliência. Os atores relacionados à gestão dos municípios citam que têm buscado, especialmente através da conexão com as instituições de ensino, formatar oportunidades e estruturas para o desenvolvimento de novos negócios, além de programas de apoio à diferentes empreendimentos e estratégias para tentar manter o jovem na região. Contudo, as próprias instituições de ensino sinalizam que o contato é pontual e que as ações não alcançam profundidade.

Fonte: elaboração própria (2025)

5. Considerações Finais

O presente estudo abordou uma lacuna importante apontada pela literatura sobre resiliência regional, especificamente a capacidade adaptativa de longo prazo em contextos de países emergentes. Embora o papel dos atores regionais na promoção da resiliência seja amplamente reconhecido, há uma escassez de pesquisas que investiguem a fundo os fatores que contribuem para essa resiliência e como eles interagem em regiões emergentes. Este estudo preenche essa lacuna ao aplicar a abordagem dos fatores de resiliência regional evolucionária para o caso do Vale do Paranhana/RS, no Rio Grande do Sul, Brasil.

A abordagem adotada, centrada nos fatores de resiliência regional evolucionária, demonstrou ser essencial para uma análise aprofundada da resiliência. Essa estrutura permitiu uma investigação mais detalhada das dinâmicas locais, evidenciando que a resiliência regional não pode ser compreendida apenas por indicadores tradicionais ou abordagens absolutas. A análise revelou que a capacidade adaptativa prolongada das regiões está intimamente ligada a fatores específicos, como a capacidade de resposta a choques, a adaptação contínua e a articulação eficaz entre os atores locais. Esses fatores são cruciais para entender como as regiões podem se transformar e prosperar ao longo do tempo.

A contribuição teórica deste estudo reside na operacionalização e aplicação da estrutura de resiliência regional evolucionária, que se provou um instrumento valioso para a análise da resiliência em contextos periféricos. A integração das percepções dos atores regionais com a análise dos fatores específicos proporcionou uma compreensão mais rica dos elementos que influenciam a resiliência. Este enfoque destaca a necessidade de uma abordagem abrangente e contextualizada, que vá além da análise de indicadores pontuais e que considere as dinâmicas e desafios locais.

Empiricamente, a pesquisa enfatizou a importância de envolver diversos atores regionais na análise da resiliência, evidenciando que a perspectiva de diferentes categorias de stakeholders oferece uma visão mais completa dos desafios e oportunidades regionais. A pesquisa também demonstrou que, mesmo em contextos periféricos, é possível aplicar e adaptar conceitos desenvolvidos em estudos sobre resiliência regional em países desenvolvidos, como sugerem Hu e Yang (2019) e Plechero et al. (2020), validando a abordagem evolucionária em diferentes contextos.

A partir dos dados compilados, entende-se que a percepção dos entrevistados indica haver resiliência no Vale do Paranhana no curto prazo. Porém, a análise dos fatores relevantes para a resiliência regional, num contexto evolucionário, indica dificuldades num futuro próximo, caso não sejam superadas situações evidenciadas pela pesquisa. Dessa maneira pode-se considerar a resiliência da região do Vale do Paranhana como frágil. Como principais resultados positivos destacam-se os fatores de capacidade de adaptabilidade, história e dependência de trajetória, capital social e qualidade de vida. Porém, há fragilidades em alguns fatores necessários à resiliência, como: redes de conhecimento, inovação, interação e articulação entre os atores. Também foram observadas dificuldades relacionadas às estruturas institucionais e ao mercado de trabalho. Importantes ações para avançar na capacidade de resiliência da região residem no desenvolvimento da mão de obra local, na captação do jovem para permanecer na região, na

ampliação da interação entre os atores regionais para planejarem e executarem políticas de longo prazo.

Destaca-se que a análise de fatores regionais de resiliência e de ações para ampliar a resiliência regional são importantes subsídios para a definição de estratégias e políticas de desenvolvimento regional de longo prazo. Nesta linha, uma contribuição deste trabalho reside, essencialmente, na operacionalização, por meio de uma pesquisa de campo, de fatores de resiliência regional evolucionária. A literatura de resiliência regional evolucionária (Boschma, 2015; Boschma e Pinto, 2016; Martin e Sunley, 2015) propõe que territórios resilientes compartilham de características comuns, sendo que estes foram organizados em fatores que se constituem em estrutura para análise da resiliência. Igualmente, destaca-se a relevância em considerar atores de variadas categorias e municípios na análise empírica. Os resultados evidenciam que a aplicação da perspectiva evolucionária deve considerar as características institucionais de regiões periféricas. Elementos como confiança reduzida, capacidade limitada de coordenação e desigualdades estruturais moldam a resiliência regional e podem restringir a emergência de novas trajetórias de desenvolvimento.

Para avançar na agenda de pesquisa, sugere-se replicar o estudo em outras regiões para fins de comparabilidade, bem como aprofundar a pesquisa no Vale do Paranhana a partir da investigação de dados secundários longitudinais para ser possível observar o comportamento de indicadores socioeconômicos da região. O estudo apresenta limitações em relação ao método qualitativo adotado, onde a amostra não probabilística, baseada em percepções individuais, pode não refletir integralmente a heterogeneidade regional, e a ausência de triangulação com dados quantitativos reduz a robustez dos achados. Essas limitações, contudo, orientam caminhos relevantes para pesquisas futuras, incluindo a adoção de métodos mistos, análises comparativas entre municípios e investigações longitudinais que permitam compreender, com maior profundidade, a dinâmica da resiliência em diferentes contextos regionais.

Referências

1. Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados. (2021). Relatório Setorial Indústria de Calçados 2020 e 2021. <http://abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-setorial>
2. Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. (2022). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html>
3. Antonietti, R., & Boschma, R. (2018). Social capital, resilience and regional diversification in Italy. *Papers in Evolutionary Economic Geography*, 18(04).
4. Asheim, B., Isaksen, A., & Trippel, M. (2020). The role of the Regional Innovation System approach in contemporary regional policy: is it still relevant in a globalised world? In *Regions and Innovation Policies in Europe* (Chapter 1). <https://doi.org/10.4337/9781789904161.00006>
5. Bellini, N., et al. (2017). Tourism and regional economic resilience from a policy perspective: lessons from smart specialization strategies in Europe. *European Planning Studies*. <http://dx.doi.org/10.1080/09654313.2016.1273323>
6. Boschma, R. (2015). Towards an Evolutionary Perspective on Regional Resilience. *Regional Studies*, 49(5), 733–751. <http://dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.959481>
7. Boschma, R., & Pinto, H. (2015). Territórios Resilientes – Introdução. In *Territórios Resilientes: Inovação e Criatividade para Novos Modos de Desenvolvimento Regional* (1st ed.). Cambridge Scholars Publishing.
8. Bristow, G., & Healy, A. (2018). Innovation and regional economic resilience: an exploratory analysis. *Annals of Regional Science*, 60, 265–84. <https://doi.org/10.1007/s00168-017-0841-6>
9. Coenen, L., et al. (2017). Advancing regional innovation systems: What does evolutionary economic geography bring to the policy table? *Environment and Planning C: Politics and Space*, 35(4), 600–620. <https://doi.org/10.1177/0263774X16646583>
10. Christopherson, S., et al. (2010). Regional resilience: theoretical and empirical perspectives. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 3–10. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsq004>
11. Crescenzi, R., Iammarino, S., Ioramashvili, C., Rodríguez-Pose, A., & Storper, M. (2020). The geography of innovation and development: global spread and local hotspots. *Geography and Environment Discussion Paper Series, LSE, Paper No. 4*. <https://eprints.lse.ac.uk/105116/1/>
12. Dawley, S., et al. (2010). Towards the Resilient Region? *Local Economy*, 25(8), 650–667. <http://dx.doi.org/10.1080/02690942.2010.533424>
13. Diniz, G. F. C.; Barbosa, L. O. S. (2014). Resiliência regional: uma aplicação às regiões brasileiras entre 2008–2010. CEDEPLAR – Universidade Federal de Minas Gerais. <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/resiliencia-regional>

14. Eberhardt, P. H. C. (2023). Resiliência econômica regional e choques de importação. *Revista de Economia Contemporânea*, 27(3).
<https://www.scielo.br/j/rec/a/BtQqc9B54nvhjSRPqFgYXtk/?format=pdf&lang=pt>
15. Federação Das Associações De Municípios Do Rio Grande Do Sul – Famurs. (n.d.). Associações. Disponível em <http://portal.famurs.com.br/associacoes>
16. Figueiredo Filho, W. B. (2021). Estruturas de governança, desenvolvimento sustentável territorial e desigualdade regional entre 2002 e 2014. *PerCursos*, 22(50), 380–407. <https://doi.org/10.5965/1984724622502021348>
17. Galvão, C. A. (1999). *Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana - Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul*. Texto para Discussão Nº 617. Textos para Discussão IPEA. Brasília.
18. González-Muzzio, C. (2013). El rol del lugar y el capital social en la resiliencia comunitaria posdesastre. *Aproximaciones mediante un estudio de caso después del terremoto del 27/F. EURE*, 39(117), 25–48. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000200002>
19. Grillitsch, M., & Asheim, B. (2018). Place-based innovation policy for industrial diversification in regions. *European Planning Studies*, 26(8), 1638–1662.
20. Grillitsch, M., & Sotarauta, M. (2018). Regional Growth Paths: From Structure to Agency and Back. *Papers in Innovation Studies*, 2018/1. Lund University, CIRCLE - Centre for Innovation Research.
21. Grunsven, L., & Hutchinson, F. E. (2017). The evolution of the electronics industry on Batam Island (Riau Islands Province, Indonesia): an evolutionary trajectory contributing to regional resilience? *GeoJournal*, 82, 475–492. <https://doi.org/10.1007/s10708-015-9692-9>
22. Hassink, R. (2010). Regional resilience: a promising concept to explain differences in regional economic adaptability? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 45–58. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsp033>
23. Hu, X., & Yang, C. (2019). Institutional change and divergent economic resilience: Path development of two resource-depleted cities in China. *Urban Studies*, 1–20. <https://doi.org/10.1177/0042098018817223>
24. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2021). Cidades. <https://cidades.ibge.gov.br>
25. Martin, R. (2012). Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks. *Journal of Economic Geography*, 12, 1–32. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbr019>
26. Martin, R., & Sunley, P. (2015). On the notion of regional economic resilience: conceptualization and explanation. *Journal of Economic Geography*, 15, 1–42. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbu015>
27. Matte Jr, A. A., Ruffoni, J., & Spricigo, G. (2023) Uma análise de resiliência regional para o Vale do Paranhana/RS/Brasil, *Cidades*, Sp23. <http://journals.openedition.org/cidades/6919>
28. Morais, R. T. (2012). Gestão Democrática como instrumento de planejamento estratégico regional: Estudo das experiências no Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana-Encosta da Serra. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul.
29. Pendall, R., et al. (2010). Resilience and regions: building understanding of the metaphor. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 71–84. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsp028>
30. Pike, A., et al. (2010). Resilience, adaptation and adaptability. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 59–70. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsq001>
31. Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2013). Desenvolvimento local e regional no Norte e no Sul globais. *Progress in Development Studies*, 14(1), 21–30. <https://doi.org/10.1177/1464993413504346>
32. Pinto, H. (2016). Resiliência da inovação e desenvolvimento regional: uma análise de redes de colaboração no Algarve. *Anais do IX Congresso Português de Sociologia – Portugal, território de territórios*, 6 a 8 de julho.
33. Pinto, H. (2020). Pandemia e resiliência regional: Caminhos para a inovação em resposta à crise económica. Webinar UNICAMP NEIT, 17 set.
34. Plechero, M., et al. (2020). Explaining the past, predicting the future: the influence of regional trajectories on innovation networks of new industries in emerging economies. *Industry and Innovation*. <https://doi.org/10.1080/13662716.2020.1780419>
35. Prokkola, E. K. (2019). Border-regional resilience in EU internal and external border areas in Finland. *European Planning Studies*, 27(8), 1587–1606. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1595531>
36. Ramos, A. S., & Rosa, F. (2018). Empreendendo descoberta inteligente: uma abordagem aos modelos de implementação da especialização regional em Portugal. *Public Policy Portuguese Journal*, 3(1).
37. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. (2021). Banco de dados RAIS Estabelecimento e Vínculos. <https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>
38. Rio Grande do Sul – Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. (2015). Perfil socioeconômico COREDE Paranhana–Encosta da Serra. <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-paranhana-encosta-da-serra.pdf>
39. Simmie, J., & Martin, R. (2010). The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 27–43. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsp029>
40. Tupy, I. S. (2018). Resiliência e impactos regionais de crises financeiras: uma análise para os estados brasileiros – 2007/08. *Economia e Sociedade*, 27(2), 607–636. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n2art9>

41. Xiao, X., et al. (2018a). Industrial Diversification in Europe: The Differentiated Role of Relatedness. *Economic Geography*, 94(5), 514–549. <https://doi.org/10.1080/00130095.2018.1444989>
42. Xiao, X., et al. (2018b). Resilience in the European Union: the effect of the 2008 crisis on the ability of regions in Europe to develop new industrial specializations. *Industrial and Corporate Change*, 27(1), 15–47. <https://doi.org/10.1093/icc/dtx023>

EDITORIAL DETAILS AND AUTHOR CONTRIBUTIONS

Detalhes Editoriais e Contribuições Autorais

Financial support:

Not informed by the authors.

Open Science:

Matte Júnior, A. A., Spricigo, G., & Ruffoni, J. (2026). Desenvolvimento territorial a partir da análise da resiliência regional evolucionária: Uma reflexão para a trajetória do Vale do Paranhana-RS. *Brazilian Journal of Management and Innovation (Revista Brasileira De Gestão E Inovação)*, 13(1), 35–47.

<https://doi.org/10.18226/23190639.v13n1.04>

Interest conflicts:

The authors declare that they have no conflicts of interest.

Copyright:

RBGI owns the copyright of the published content.

Plagiarism Analysis:

RBGI performs plagiarism analysis on all its articles at the time of submission and after approval of the manuscript using the iThenticate tool.

Author 1

Alexandre Aloys Matte Júnior
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<https://orcid.org/0000-0002-8083-5002>
alexandrejr1408@gmail.com

Author 2

Gisele Spricigo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<https://orcid.org/0000-0002-2135-0064>

Author 3

Janaína Ruffoni
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<https://orcid.org/0000-0002-7498-6437>

Authors' statement of individual contributions (Not informed by the authors.)

Roles	Contributions		
	Author 1	Author 2	Author 3
Conceptualization			
Data curation			
Formal analysis			
Funding acquisition			
Investigation			
Methodology			
Project administration			
Resources			
Software			
Supervision			
Validation			
Visualization			
Writing – original draft			
Writing – review & editing			